

NOMADISMOS TECNOLÓGICOS? DISCUTINDO INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL DE ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Luciana Velloso (1); Mariana Vinagre (2); Erica Oliveira (3); Isabelle Pessanha Barroso (4).

(1) *Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*

(2) *Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*

(3) *Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*

(4) *Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ*

Resumo: Este texto apresenta algumas considerações acerca de pesquisa que desenvolve um trabalho junto aos alunos e alunas da Faculdade de Educação do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), na busca por compreender seus usos de recursos tecnológicos, com destaque para as mídias digitais móveis. Com base na discussão teórico-analítica do Paradigma das Mobilidades, elaborada por John Urry (2000, 2007, 2010), a pesquisa utiliza metodologias de cunho etnográfico, lançando mão de observações, registros em caderno de campo e questionários. Consideramos elementos como as facilidades e dificuldades dos discentes para lidarem com os recursos tecnológicos, as cobranças docentes e a relação com o currículo do curso, as diferentes formas de comunicação entre as turmas e como tais elementos repercutem em sua socialização universitária. A partir de interlocuções feitas com referenciais como Bonilla e Pretto (2011), Castells (1999, 2003, 2008, 2012), Lemos (2013, 2015), Lévy (2007, 2008) apresentamos algumas considerações sobre pesquisa que está se desenvolvendo, articulando o tripé currículo, tecnologias, diferentes espaços de sociabilidades e influências culturais, tentando compreender este espaço de interseção que envolve os usos dos recursos tecnológicos e da vida em rede. Estas relações são observadas a partir do cotidiano de estudantes que ao mesmo tempo em que são incluídos a partir do momento em que estão conectados/as nestas redes digitais, também podem se sentir, nos termos de excluídos do interior (BOURDIEU e CHAMPAGNE, 1998), da instituição, ao não dominarem os novos códigos demandados pela mesma.

Palavras-chave: Inclusão Digital e Social, Novas Tecnologias, Processos de Sociabilidade.

Introdução

No atual contexto sócio histórico em que nos inserimos, tem se intensificado o discurso que apregoa que as novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) fazem parte de modo intensivo do cotidiano de nossos alunos e alunas, consolidando a visão de que os recursos multimidiáticos, representam um veículo privilegiado para um projeto de cidadania. Com isto, surge a demanda de que os processos de ensino e aprendizado considerem não mais apenas com uma formação para a leitura de livros, mas que leve em conta outro tipo de alfabetização, a da informática e das multimídias (MARTÍN-BARBERO, 2000).

Hierarquias de outrora são questionadas, novos procedimentos de pensamento e negociação coordenam práticas coletivas que podem fazer emergir o que Lévy (2007) denomina inteligências coletivas, que com os instrumentos de comunicação e do pensamento coletivo acabam por demandar a reinvenção da democracia, “distribuída por toda parte, ativa e molecular” (p.15). Redes digitais alteram nossas formas de ver e ler. Reinvenções são convocadas por e-mail e celular,

configurando novas formas de participação social. As vozes que não são ouvidas por organismos internacionais, governos e partidos políticos conseguem coordenação e eloquência fora da mídia.

Lévy (2007, 2008) e Lemos (2013, 2015) apresentam visão otimista da cibercultura, ao indicar que na Internet nada fica excluído, pois nossa própria humanidade se encontra ali “de forma não hierárquica, livre, móvel e abundante como uma biosfera” (LE MOS, 2015, p.13). Contudo, o que pretendemos é refletir sobre este aspecto inclusivo dos recursos digitais, indagando se de fato incluem, a quem e também os/as que se sentem excluídos destes processos.

Nossa pesquisa toma como foco a visão de alunos e alunas do Curso de Pedagogia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e a importância do acesso e do uso dos recursos tecnológicos em suas vidas universitárias. Através de trabalho de cunho etnográfico que se utiliza de observações, registros em caderno de campo e questionários, buscamos entender, a partir da ótica dos discentes da Faculdade de Educação do Curso de Pedagogia da UERJ, como avaliam seus níveis de deslocamento, pertencimento, inserção e nesta lógica global mais ampla (em interlocução com o macro), mediados pelos recursos multimidiáticos, com destaque para as mídias digitais móveis. Com a pesquisa, procuramos avaliar elementos como as facilidades e dificuldades dos discentes para lidarem com os recursos tecnológicos, as cobranças docentes e a relação com o currículo do curso, as diferentes formas de comunicação entre as turmas e como tais elementos repercutem em sua socialização dentro do espaço universitário.

1. Nomadismos contemporâneos: tecnologias e (i) mobilidades

Levando em conta a percepção das mudanças que têm se dado no que se refere aos contatos entre pessoas dos mais diversos lugares, estas podem aproximar aqueles/as que não podem se encontrar fisicamente, permitindo ainda o acesso a uma gama de informações infindável, bastando para isto apenas alguns cliques. Em termos destes contatos e redes de sociabilidade que vão se construindo, estes se dão de forma instantânea, direta, muito por conta da difusão, em lugar das mídias tradicionais, das mídias atuais mais colaborativas (JENKINS, 2009; JENKINS; GREEN, FORD, 2014).

Para além de discussões que se antagonizam entre malefícios ou benefícios supostos pelas interações virtuais, interessa analisar a partir de trajetórias e contextos de alunos e alunas, como se dão suas relações com estes recursos, seus níveis de capital de rede e possibilidade de mobilidade e/ou imobilidade nesta lógica das redes (URRY, 2000, 207, 2010).

Trazemos então a noção de sociabilidades nômades, apropriando-nos do conceito de Mafessoli (2010) e ressignificando-o para pensar as interações que se constituem para além de nossas salas de aula, que conectam nossos discentes através dos recursos tecnológicos digitais, buscando entender até que ponto interferem e modificam nossas relações de ensino e aprendizado. São relações não mais restritas a espaços físicos, mas que transcendem e até mesmo extrapolam os limites geográficos, territoriais e temporais.

Como avalia Castells (2003, 2013, 2015) consideramos que, utilizando a metáfora da “galáxia”, a Internet é vista cada vez mais como o tecido de nossas vidas, tornando-se a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede. A possibilidade de se alcançar um número maior de receptores é vista como fonte de esperança em um cenário de novas possibilidades de comunicação e construção de poder.

Estudando os fenômenos advindos do que denomina como cibercultura, Lévy (2000, 2007, 2008) identifica que, com a fusão das telecomunicações, da imprensa, da edição, da televisão, do cinema e dos jogos eletrônicos em uma indústria unificada da multimídia, podemos presenciar um aspecto do que se costuma designar por revolução digital. Em suma, o novo nomadismo que caracteriza e interfere nas relações sociais contemporâneas se refere a um espaço invisível de conhecimentos, saberes, potências de pensamento que transformam qualidades do ser e maneiras de constituir a sociedade.

John Urry (2007, 2010) analisa, a partir de uma perspectiva sociológica, como os novos avanços tecnológicos têm implicado novas maneiras de constituir e organizar identidades, através da possibilidade de viver experiências em vários espaços e tempos, consolidando o que denomina “Paradigma das Mobilidades” (URRY e ELLIOT, 2010). Os autores formulam o conceito de “capital de rede”, que envolve a capacidade de movimento em diversos ambientes, incluindo a habilidade, competência e interesse em usar telefones celulares, SMS, e-mail, Internet, Skype etc.; acesso amplo a informações e contatos; equipamentos de comunicação, dentre outros.

Na busca de mapear estas diferentes mobilidades e como se dão, nos interessa observar os movimentos de inclusão e exclusão que as tecnologias móveis e seus usos em sala de aula e em diferentes espaços ligados à vida universitária podem propiciar, a partir da ótica dos próprios discentes. Desenvolvemos uma análise a partir de lógicas não binárias, como o ter ou não ter informação, pois o acesso às tecnologias implica gradações. O fato de não possuir um computador em casa não implica necessariamente exclusão, já que acesso pode se dar por outros caminhos, como trabalho, escola, *lan houses*, dentre outros (BONILLA e PRETTO, 2011). Deste modo,

entendemos a necessidade de discutir a questão das novas mobilidades atrelada a uma reflexão que conecta a inclusão e a exclusão digital.

2. Inclusão digital e inclusão social: algumas reflexões

Desde 2011, o acesso à Internet é considerado um direito humano básico, de acordo com Relatório¹ produzido pelas Nações Unidas. De acordo com o texto, desconectar indivíduos da web é uma violação dos direitos humanos e vai contra a lei internacional. A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que a natureza transformadora e única da Internet não apenas para permitir que indivíduos exercitem seu direito à liberdade de opinião e expressão, mas também de uma série de outros direitos humanos, e para promover o progresso da sociedade como um todo.

Com a ampliação do mercado de tecnologias digitais, o acesso às mesmas têm sido cada vez mais incentivado e valorizado socialmente. Esta valorização tem se dado de modo tão crescente que alguns autores têm atrelado à inclusão digital diretamente à inclusão social. Em termos de dados, conforme indicou Piovesan (2016), se analisarmos em termos globais, 3,2 bilhões de pessoas têm acesso à Internet - o que representa 43,4% da população global. O universo dos 57% da população *offline* - cerca de quatro bilhões de pessoas - concentra-se, sobretudo no continente africano. Enquanto 21% da população na Europa não têm acesso à Internet (nos países desenvolvidos em geral, cerca de 80% da população estão on-line), na África esse percentual de desconectados alcança 75% da população.

Já no caso do Brasil, 58% da população têm acesso à Internet. Na atualidade, considera-se um dos países do mundo com maior utilização das redes sociais, sendo o quarto país em número de usuários do Facebook, com 70,5 milhões (e também o quarto em percentagem da população, com 34,5%); e o segundo com maior número de pessoas no Twitter. Em 2015, oito em cada dez crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos eram usuários da Internet. Sendo assim, organismos internacionais têm cada vez mais discutido direitos humanos por meio de uma educação e cidadania digitais inspiradas nos valores da liberdade, igualdade, sustentabilidade, pluralismo e respeito às diversidades².

Para compreender o que é inclusão digital, sugere-se que haja uma discussão sobre o conceito oposto que é a exclusão, enraizado na suposta Sociedade de Informação, para observamos

¹ Fonte: http://www2.ohchr.org/english/bodies/hrcouncil/docs/17session/A.HRC.17.27_en.pdf (Acessado em 29/04/2018)

² Fonte: <https://nacoesunidas.org/artigo-internet-direitos-humanos/> (Acessado em 30/04/2018)

os procedimentos que impossibilitam a maioria da população de ter acesso a uma comunicação mediada pelo computador, em condições de manusear as redes informacionais. Dentre tantos pontos importantes, podemos destacar que para inserir os jovens com um baixo poder aquisitivo em uma sociedade produtora de conhecimentos, vale investigar a relação entre a inclusão digital e a inclusão social, levando em conta as demandas de uma comunicação cada vez mais interconectada (DIAS, 2011).

O termo exclusão digital tem origem no final da década de 1990 com a chegada cada vez mais potente da Internet. A exclusão social surge nesse contexto a partir da existência de indivíduos com carências ou desvantagens sociais, como, pobreza; falta de trabalho; condições precárias de moradias, dentre outras. A exclusão digital e a inclusão da mesma são aqui entendidas como estritamente associadas, ou seja, a exclusão digital impossibilita que se reduza a exclusão social. Como por exemplo: os elevados índices de pobreza e desigualdade indicam que boa parte da população não tem acesso às tecnologias, não tendo assim como usufruir plenamente de suas inserções cidadãs (BONILLA e OLIVEIRA, 2011).

3. Pesquisando junto aos discentes: caminhos metodológicos e alguns resultados

Alguns autores nos auxiliam a desenvolver uma metodologia de estudo coerente com nossas propostas de pesquisa. Büscher, Urry e Witchger (2011) buscam definir novas formas de análise e esclarecimento do fenômeno da mobilidade e suas diversas manifestações sociais. Oferecem uma gama de novas práticas de investigação, denominadas “métodos móveis”, que seriam mais adequadas às pesquisas sobre as diversas interconexões entre pessoas, grupos, objetos, locais e sistemas, e, ainda, entre diferentes áreas de conhecimento, que se estabelecem a partir, por meio e em função de diferentes e interdependentes tipos de mobilidades e, conseqüentemente, de imobilidades.

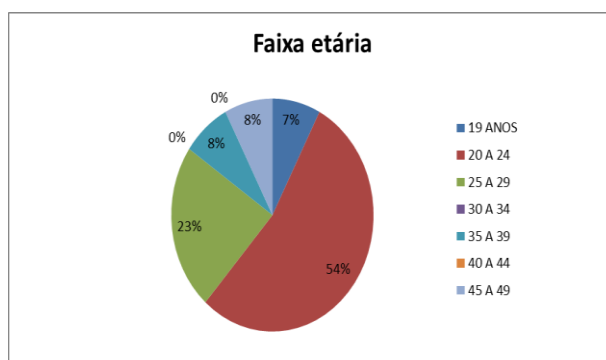
Augé (2010, 2014) também contribui ao pensarmos o debate metodológico em um terreno mais fluido. Ao discutir a ideia de uma antropologia da mobilidade, que se volta para esta nova forma de pensar o nomadismo que se relacionam com a mobilidade atual. Uma mobilidade na qual na qual o nomadismo implica este fazer muitas coisas sem sair do lugar em termos geográficos, mas saindo em termos virtuais, digitais e desterritorializados.

Em função das constantes interrupções no calendário da UERJ, o que aqui apresentamos são constatações parciais do material já organizado da pesquisa. Até o momento foram

aplicados 53 questionários fruto de encontros presenciais, nos quais era feita uma breve apresentação da pesquisa e seu intuito. Com a concordância dos discentes, os questionários eram preenchidos nos intervalos das aulas, no espaço do Centro Acadêmico do curso de Pedagogia, na cantina e nos bancos do hall do curso, local de grande movimentação de docentes e discentes.

Os depoimentos obtidos através dos questionários aplicados com discentes do curso de Pedagogia da UERJ gravitaram em torno de temáticas como relação com as novas redes, aplicativos e programas de comunicação digitais; facilidades e dificuldades para o uso das novas tecnologias dentro e fora da Universidade; relação entre aceitação ou não dos docentes para com o uso das novas tecnologias em sala e fora dela e se sentiam falta de uma formação que estivesse mais integrada ao uso das novas tecnologias na Universidade. Embora a pesquisa já tenha apresentado alguns dados anteriores (VELLOSO, 2017), neste trabalho especificamente, nos deteremos na análise de 13 questionários³ aplicados mais recentemente, já no ano de 2018, em sua maioria com discentes cursando o segundo período.

Para melhor desenvolver a presente análise, os gráficos a seguir iniciam trazendo uma breve ideia do alunado em questão. No que tange a faixa etária da amostra, os discentes apresentavam as seguintes informações: 77% do alunado com idades entre 20 a 29 anos, o que explicita a predominância de um público jovem.

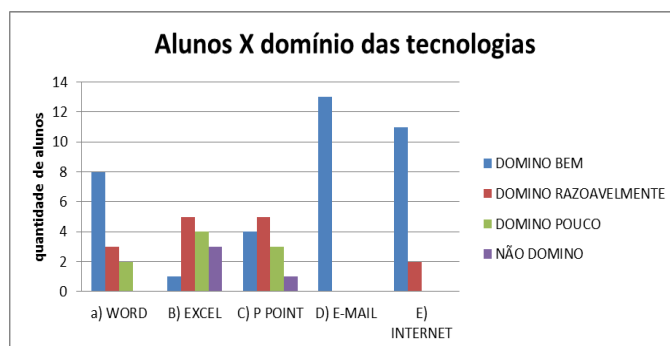


Uma característica que merece destaque no que se refere ao alunado da UERJ é que muitas/os desempenham atividades para além dos estudos, conforme nos reforça o gráfico a seguir, que aponta para esta porcentagem de 84% dos discentes que responderam o questionário. Dentre as atividades citadas, foram mencionadas as voltadas para a área da educação, como por exemplo, curso de especialização em Pedagogia Waldorf, estágio e bolsista/monitora de projeto

³ No presente trabalho, são apresentados dados relativos a questionários aplicados com estudantes do curso noturno, em função de ser este o turno no qual a docente e as alunas bolsistas que fazem parte da pesquisa se inserem.

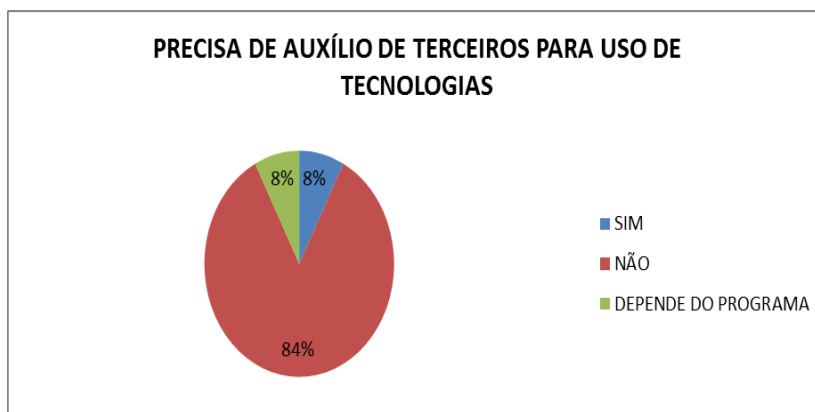
de Pesquisa e Prática Pedagógica em Tecnologia e Educação, ou outras não necessariamente relacionadas ao campo da educação, mas que lhes permitia ampliar suas rendas.

Na questão sobre o domínio das tecnologias e os recursos que eram solicitados na Universidade, chama atenção o fato de que este domínio é bastante cobrado nas apresentações de trabalho do curso, embora ainda reconhecidamente pouco dominado, sobretudo no que tange ao pacote Office (Word, Excel, Power Point). Um dos depoimentos nos deixou isto bem explícito: “Sinto certa deficiência por parte dos alunos a utilizar desde criar PowerPoint, planilhas, até montar e instalar o retroprojetor. Acho interessante criar algumas aulas práticas acerca disto” (J. 22 anos, 2º p.). A tabela a seguir ajuda a perceber tal panorama, destacando que o e-mail e a Internet são os recursos que contam com maior domínio discente:



A questão da inserção nos cursos pré-vestibulares comunitários, que envolve 46% do alunado aqui apresentado, vale uma discussão, pois esta inserção nos recursos tecnológicos começa desde estes tempos a ser incentivada, conforme nos explicita o relato de aluna que cursou o pré-vestibular Redes da Maré em 2014:

Fiquei muito satisfeita com o pré-vestibular, uma equipe ótima, de excelentes Professores, que me deu muita base para eu conseguir passar no Vestibular da Uerj. Tinha aulas aos sábados, às vezes, cada Professor combinava com os outros docentes para poder marcar o aulão com os alunos. Utilizei muito a Internet nos meus estudos na época que fiz o vestibular, estudava através do site do Vestibular Uerj, onde tem as provas objetivas e discursivas de anos anteriores. Foi um método muito bom para estudar, porque através disso eu pude observar os conteúdos que mais caem nas provas e exercitar fixando-os, tudo isso estudava em casa por conta própria. Na época já tinha o PC em casa, então foi mais fácil de complementar os meus estudos à parte do pré-vestibular (E, 29 anos, 6.º p. Informações de caderno de campo)



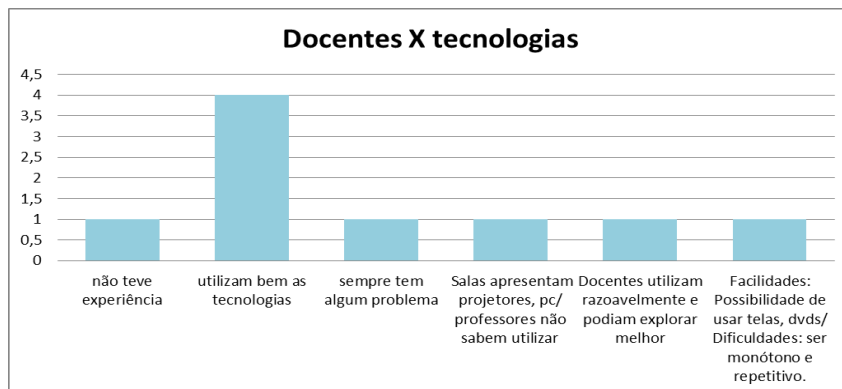
Outro aspecto que nos chama atenção é que embora 84% dos discentes alegue que não tenha ajuda de terceiros em relação ao uso de tecnologias, tivemos comentários que foram em direção oposta, tais como: “Preciso de ajuda de amigos e do meu cunhado, dependendo do programa que vou utilizar. Eu fiz curso de informática na Faetec” (E, 29 anos, 2º período); “Resolvo com ajuda de terceiros, pois, não tenho computador em casa.” (I, 45 anos, 2º período). Ou seja, por mais que digam que aprenderam “sozinhos/as”, há a presença das mediações, às quais já se referia Martín-Barbero (2003) quando se trata no aprendizado do uso das tecnologias.

Tivemos também relatos sobre facilidades e dificuldades de acesso ao uso de dispositivos tecnológicos e sua relação com a Universidade. Com isto, identificamos que, como não possuem computadores em suas casas, muitos/as recorrem ao uso de tecnologias móveis, como celulares, para suprir estas demandas. Algumas falas são bem elucidativas e categóricas, como “Não tenho computador em casa” (F, 20 anos, 2º período); “No momento conto com disponibilidades, mas não tenho acessibilidade sempre” (I, 45 anos, 2º período); “Tenho dificuldade porque não tenho computador em casa, tenho que ir a casa de alguém” (F, 20 anos, 2º período).

Nesse sentido, podemos então nos remeter a pesquisa realizada pelo Grupo de Pesquisa Educação, Comunicação e Tecnologias (GEC), Couto, Oliveira e Dos Anjos (2011) discorrem sobre uma pesquisa realizada junto a alunos/as da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia (UFBA), cujo o objetivo do trabalho era analisar a difusão da leitura e escrita na rede entre alunos e professores da Pós Graduação em Educação. Para muitos povos o livro é uma forma de registrar o conhecimento e a cultura adquirida através da história.

Ocorre uma revolução não só do suporte e sim da estrutura do texto. Além de ler e escrever, é necessário ter o conhecimento para manipular a máquina, saber ligar, saber mexer, entender. Principalmente para os que não são dessa era digital, que nasceram em uma época que nem tudo era imediatamente, se quisessem falar com alguém tinham que ligar, ou até mesmo dependendo da

geração, mandar cartas. A leitura na era digital foi se tornando cada vez mais natural, pois a impressão que nos passa é a de que só de ligar os computadores, Tablets e celulares, já estamos lendo.



Os depoimentos nos ajudam a perceber ainda como o alunado percebe a forma como os docentes lidam com recursos tecnológicos e como sentem falta de uma formação que incorpore uma dimensão que implique ensino e aprendizado dos mesmos. Algumas falas nos chamaram atenção, tais como: “Para alguns docentes o uso do projetor gera uma certa dificuldade devido a posição em algumas salas” (E, 29 anos, 2º p.). Outra fala deixa esta relação mais clara, pois aponta também a insuficiência de dispositivos tecnológicos na Universidade:

Em relação a utilização de tecnologias a partir dos docentes, em quanto facilidade na Universidade, algumas salas apresentam computadores e retroprojetor, facilitando ao uso da tecnologia pelos professores, quanto dificuldades na Universidade, observei no decorrer dos períodos da graduação que existem docentes que não sabem utilizar bem as ferramentas tecnológicas (S. 25 anos, 2º p.)

De fato é um novo contexto que se apresenta diante de nós, que nos demanda negociações para não excluir, a partir do momento em que nos esforçamos por utilizar os recursos tecnológicos para incluir. Um dos depoimentos nos explicita este movimento: “Me deparei com uma nova era de professores que fazem uso de slides e até o uso de redes sociais para entrar em contato com os alunos, o que é interessante e muito interativo.” (L. 21 anos, 2º p.). Reflexões que contribuem para repensar nossas práticas, integrando e ampliando as redes, reconhecendo que há tanto um público muito conectado via tecnologias móveis, quanto outro que pouco lida com estas conexões.

Considerações provisórias

A fusão da tecnologia com a cultura tem ampliado cada vez mais suas dimensões. Com a chegada do século XXI as NTIC vão sendo inseridas nas salas de aula e no cotidiano dos alunos e alunas, mesmo que à revelia das instâncias organizacionais. Em nossa pesquisa, identificamos que há uma grande importância no acesso e no uso dos recursos tecnológicos na vida universitária.

Assim como pesquisa realizada por Couto, Oliveira e Dos Anjos (2011), foi observado como a escrita/leitura progressivamente vão se dando cada vez mais em ambientes on-line, com docentes e discentes aprendendo a lidar com estas novas lógicas. Nesse contexto, o acesso, a produção e a difusão do conhecimento tendem a fazer parte integrante de uma mesma experiência em rede. Porém, problematizamos o fato de que este movimento de inclusão e ampliação de possibilidades também não possa excluir tantos/as que não dispõem nem dos dispositivos e nem de mediadores/as que possibilitem esta inserção.

Deve-se enfatizar como o indivíduo pode utilizar os recursos tecnológicos em prol de si mesmo e em benefício de outrem. A mobilidade física pode reforçar e refletir as desigualdades sociais. Contudo, o fato de não possuir um computador em casa não significa necessariamente uma exclusão, uma vez que, esse acesso pode ser feito por outros caminhos, como o trabalho, lan-houses, escolas e espaços educacionais como a própria Universidade.

A relação estabelecida entre dispositivos tecnológicos e aprendizado tem sido efetivamente apresentada como uma forma de democratizar o ensino, associando significantes como inclusão digital e social, inovação e cidadania. Tal exemplo se percebe na utilização de modo concomitante de WhatsApp, e-mail, plataformas digitais e outros (BONILLA e SOUZA, 2011).

Para facilitar esse processo de inclusão digital, reconhecemos que algumas iniciativas são necessárias, tais como redes sem fio, redes fixas e ferramentas de colaboração, vinculação de bibliotecas com equipamentos e redes digitais, infraestrutura e pessoal formado para lidar com estes diferentes usos, apoiando e incentivando os/as docentes.

Apesar de existirem diferentes formas através das quais professores/as possam fazer uso de recursos tecnológicos em suas atividades acadêmicas, muitos se sentem excluídos por não terem acesso a tais formas no seu dia a dia em sala de aula, por falta de preparo e capacitação.

Apesar de a Universidade lidar com um público de alunos/as que em sua maioria alegam ter facilidade na cultura e no acesso digital, há também os que não dispõem desses recursos e é nessa lógica de ampliar o uso (com uma formação e suporte para tal) que pretendemos insistir. Ou seja, ainda há muito que avançar para que esta almejada integração se dê de modo mais efetivo, mas

seguimos caminhando, pois como diria o poeta espanhol Antônio Machado, “**Caminhante não há caminho, o caminho se faz ao caminhar...**”.

Referências:

BONILLA, Maria Helena Silveira ; PRETTO, Nelson De Luca. (orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2.

BONILLA; M. H. S. ; SOUZA, J. S. Diretrizes Metodológicas utilizadas em ações de inclusão digital. In: BONILLA, Maria Helena Silveira ; PRETTO, Nelson De Luca. (orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2. p.91-107.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, M. A.; CATTANI, A. (org.). **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 217-227.

BÜSCHER, Monica ; URRY, John ; WITCHGER, Katian. **Mobile Methods**. London: Routledge, 2011.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Volume I. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.

_____. **O poder da identidade**. Volume II. 6.ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.

_____. **Fim de milênio**. Volume III. 6. Reimpressão. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2012.

_____. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. (2003) Rio de Janeiro, Zahar.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

_____. **O poder da comunicação**. 1.ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DIAS, Lia Ribeiro. Inclusão Digital Como Fator de Inclusão Social. In: BONILLA, Maria Helena Silveira ; PRETTO, Nelson De Luca. (orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2. p. 61-89.

COUTO, E. S. ; OLIVEIRA, M.C.; ANJOS, R.M. P. Leitura e Escrita *On-line*. In: BONILLA, Maria Helena Silveira ; PRETTO, Nelson De Luca. (orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2. p. 145-162.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Diferentes, desiguais e desconectados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

_____. **Leitores, espectadores e internautas**. São Paulo: Iluminuras, 2008.

_____. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.

JENKINS, H. **Cultura da convergência**. 2.ed. São Paulo: Aleph, 2009.

LE MOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. 7.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

_____. **A comunicação das coisas: teoria do ator-rede e cibercultura**. (2013). São Paulo: Annablume, 2013.

LÈVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

_____. **A inteligência coletiva**. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2008, 15.a reimpressão.

MARTÍN-BARBERO, J. Desafios culturais da comunicação à educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, v. 18, p. 51-61, maio/ago. 2000.

MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Sobre o Nomadismo: vagabundagens pós-modernas**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

URRY, J. **Mobilities**. Cambridge: Polity Press, 2007.

_____. **Sociology Beyond Societies: mobilities for the twenty-first century**. London: Routledge, 2000.

_____; ELLIOTT, A. **Mobile Lives**. London: Routledge, 2010.

VELLOSO, L. **Traduções e inovações nas escolas: entre máquinas de ensinar e netbooks**. Curitiba: CRV, 2017.

_____. **MEDIAÇÕES TECNO[I]LÓGICAS, SOCIALIZAÇÃO E CURRÍCULO**. **e-Mosaicos**, v.6, p.176 - 189, 2017.